

# A CRIANÇA DA EDUCAÇÃO INFANTIL E AS NOVAS FAMÍLIAS: CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS

*The Child of the Kindergarten Education and the  
New Families: Pedagogical Conceptions*

Jacqueline R. Bianchi Enricone<sup>1</sup>  
Marlei Salette Ostrowski<sup>2</sup>

**RESUMO:** A sociedade adota mudanças em todos os níveis conforme a evolução dos tempos. Para acompanhar tais avanços, também a família, importante instituição social, se submete a alterações estruturais, na medida em que busca atualizar-se no contexto em que está inserida. Juridicamente são aceitas como família muitas formas de uniões. Contudo, a preocupação com o preconceito ou a discriminação dos filhos dessas uniões não convencionais, é transferida para a educação infantil, primeiro ambiente socializador depois da família. Para tal, torna-se importante conhecer a opinião docente, bem como os

---

<sup>1</sup> Psicóloga, Mestre em Educação pela UFRGS, professora da Graduação e Pós-Graduação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI - Campus de Erechim.

<sup>2</sup> Professora Especialista em Educação Infantil e Séries Iniciais pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Campus de Erechim, com 7 anos de experiência docente no ensino público.

procedimentos adotados no trabalho com crianças oriundas dessas novas realidades familiares. Neste sentido, realizou-se pesquisa qualitativa, através de entrevistas semi-estruturadas com cinco professoras de educação infantil oriundas de cinco escolas públicas que trabalham exclusivamente com este nível de ensino. A pesquisa apontou contradições entre o conceito contemporâneo de família apresentado pelas professoras e suas práticas pedagógicas que revelaram a presença de preconceitos e dificuldades com as “novas famílias”. Demonstra também que a escola precisa se adequar a estas novas concepções e lidar com elas de forma igualitária, pois a integração entre a família e a escola é fundamental para o desenvolvimento e a aprendizagem infantil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação infantil, Reestruturação familiar, Concepções pedagógicas.

**ABSTRACT:** The society always presents changes in all its segments according to the development of the times. To keep up with these advances, even the family, which is an important social institution, has had structural changes, since it has been trying to be up-to-date in its social context. According to the law, there are a lot of kinds of unions, which are recognized as family. However, the concerns with either the prejudice or the children's discrimination within these non conventional unions are transferred to the kindergarten Education, which besides the family itself is the child's first social environment. For this, it is important to know the teacher's opinion as well as the procedures that have been used to work with those children who come from such a new family reality. This way, a qualitative research was conducted, by means of semi structured interviews with five kindergarten teachers from five public schools, which only work with this teaching level. This research has shown contradictions between the teachers' contemporary family conception and their pedagogical practices, which have revealed some prejudice and difficulties in dealing with these “new families”. It has also shown that the educational system needs to accept and learn how to handle with them in an equal way, since the integration between family and school is vital for

the children's development as well as for their learning.  
KEY-WORDS: Kindergarten education. Family reconstruction.  
Pedagogical conceptions.

## INTRODUÇÃO

Num estudo reflexivo sobre a estruturação familiar contemporânea comparada à família tradicionalmente constituída no passado, é notório que a valorização dada à infância é relativamente recente, conseqüência de um novo conceito de formação da família.

Na busca de acompanhar a evolução social, houve gradativamente, uma supervalorização da criança e tudo que a envolve. Começou-se a estudar o desenvolvimento infantil na tentativa de clarear o entendimento acerca da individualidade do ser humano. Houve uma grande abertura para novas descobertas profissionais, genéticas, tecnológicas, educacionais e sociais que afloraram em prol da criança. Com o ingresso em ascensão da mulher no campo profissional, ela deixa a função maternal sem o tempo exclusivo e integral vivido pelas mães de outrora. Ao mesmo tempo em que cresce como cidadã, possibilita novas formas de educação para seus filhos e oportuniza novos relacionamentos e conceitos quanto à formação familiar.

A partir disso, diferentes formas de se constituir família tornam-se aceitas na sociedade atual, e, desse meio familiar vêm muitos dos alunos que freqüentam o ensino infantil de nossas escolas. Vivemos em tempos onde a separação do casal ou os recasamentos fazem parte do contexto familiar formador da sociedade. Contudo, quando isso ocorre de uma forma não adequada, geralmente quem fica mais prejudicado são os filhos pequenos, que num primeiro momento não aceitam viver longe de um dos pais ou então não entram num acordo de ganhar o convívio de uma nova mãe ou um novo pai - os conhecidos padrastos e madrastas, e até novos (quase) irmãos que já possam existir das relações anteriores. É um complexo processo de mutação.

Sabe-se que a criança que vivencia um problema familiar pode

apresentar variações de comportamento na escola tanto no relacionamento grupal como na evolução da aprendizagem, uma vez que, as relações de afeto que envolvem a família são ricas de significado, e, a criança da educação infantil, ainda não tem maturidade para dissociar sentimentos, atitudes e comportamentos, mesmo em ambientes diferentes. Muitas vezes é na escola que ela poderá buscar acolhimento e compreensão do seu conflito.

Por isso a importância de aprofundar o tema acerca da reestruturação familiar e as suas repercussões na criança pré-escolar. Pela relevante preocupação com a criança envolvida nesta mudança paradigmática é que o debate sobre as reconstruções familiares toma cunho pedagógico e sócio-educativo.

## **A FAMÍLIA: DOS VELHOS AOS NOVOS TEMPOS**

Da mesma forma que a sociedade também, a família, observa, se expõe e sofre mudanças tanto nas questões relativas ao avanço tecnológico como nas relações estruturais e sócio-culturais. De tal forma a família, importante segmento da sociedade, procura acompanhar tais avanços e com eles se apresenta em constante busca da identidade conceitual.

Se retroagirmos no passado constataremos que ao longo da história brasileira a família passou por transformações importantes que se relacionam com o contexto sócio-econômico-político do país. Em tempos idos da nossa história, os modelos institucionais de família se apresentavam uniformes e seguiam os modelos das sociedades européias, trazidos ao Brasil pelos imigrantes e colonizadores entre os séculos XVIII e XIX, a família nuclear patriarcal (OSÓRIO, 1996).

Funcionalmente nesta forma institucional de família; cabia a autoridade masculina do pai como chefe da família e patriarca a quem os demais deviam obediência, também era exclusividade dele a responsabilidade do sustento de todos os seus membros. A mãe, por sua vez, ocupava-se com a criação e os cuidados dos filhos, dificilmente os amamentava, pois para isto existiam as amas de leite, dela se exigia castidade, fidelidade e a subserviência ao marido.

Já aos filhos, considerados extensão do patrimônio do patriarca, prevalecia o respeito hierárquico aos mais velhos, que, enquanto crianças não passavam de uma expressão tímida de existência, conforme iam se desenvolvendo fisicamente contribuía com seu próprio trabalho. A única função da família era, portanto, a de "assegurar a transmissão da vida, dos bens e dos nomes - mas não penetrava muito longe na sensibilidade" (ARIÉS, 1978, p.275). Não havia a preocupação com a educação das crianças, e os vínculos afetivos entre pais e filhos não eram valorizados.

A religião, predominantemente católica, era um importante meio de iniciar a vida em sociedade, a começar pelo casamento, primeiro passo para a formação da família, seguido pelos batizados, enterros e a tradição dos encontros dominicais, na igreja, como forma de reunir as famílias da comunidade. Também foi o catolicismo que ditou por longo tempo as tendências da formação familiar, como a indissolubilidade matrimonial com a tradicional jura do casamento 'até que a morte os separe' perante testemunhas e convidados e a proibição de formas contraceptivas, como alternativa de planejar o número de filhos, em discussão até hoje nos congressos religiosos.

A partir das últimas décadas do século XIX, começa a identificar-se um novo modelo de família (OSÓRIO, 1996). A Proclamação da República, o fim do trabalho escravo, as novas práticas de sociabilidade com o início do processo de industrialização, a urbanização e modernização do país constituem terreno fértil para a proliferação do modelo de família nuclear burguesa, originário da Europa. Trata-se de uma família constituída por pai, mãe e poucos filhos.

Com a limitação do número de filhos, a família passou a organizar-se em torno da criança. Assim, a criança saiu do anonimato para ser mais reconhecida pelos familiares próximos. A família e o trabalho passaram a ser o foco principal de interesse das pessoas e a antiga vida comunitária desapareceu. A mulher busca seu espaço profissional e com isso vem a preocupação de quem atenderia seus filhos pequenos. Nasce então a escola, originando uma separação da criança, entre o lar e este local determinado para aprendizagem de novos conhecimentos e habilidades. Contudo, com tantas mudanças acrescidas ao ingres-

so da mulher no campo do trabalho remunerado, reivindicando igualdade de direitos e sua emancipação sexual, aumenta o número de separações de casais, mudando a concepção de casamento como um laço indissolúvel.

É importante ressaltar que a família é uma organização mutável ao longo dos tempos e que ocupa lugares indicados por uma sociedade que dita padrões culturais, sociais, políticos e econômicos. Mas, permanece na família, seja ela qual for a sua formação, a função de perpetuar a espécie e assegurar a criação e educação da prole. É dentro da família que a criança terá suas primeiras trocas de experiências, conhecerá seus primeiros sucessos e fracassos, medos e frustrações. A família é, portanto, a unidade básica de crescimento do ser humano. É dela a tarefa crucial de socializar a criança e desenvolver a sua personalidade, configurando o seu percurso intelectual, emocional e social.

Portanto, lidar com a família hoje é lidar com a diversidade. E assim, se pudermos olhar para o novo sem a nostalgia do que já foi, vamos nos deparar com um cenário diferente sem os medos e fantasmas que durante muito tempo mantiveram as distâncias e bloquearam os diálogos entre as gerações. Um assunto que exige um pensar crítico, considerando que, os filhos desses relacionamentos “não tradicionais”, também formam a clientela das nossas escolas.

## **A ESCOLA E AS TRANSFORMAÇÕES FAMILIARES**

Hoje, o retrato de família é diferente, o casal e um número reduzido de filhos descrevem o modelo de família nuclear que está presente também em muitos livros didáticos, como se fosse o único, o correto, o normal, o desejável, reforçando sua eficácia como “modelo”. No entanto, é conhecido de todos que atualmente há novas possibilidades de organização de diferentes núcleos familiares que são rotuladas, na visão de uma sociedade conservadora, como modelos desestruturados, por se afastarem muito do modelo hegemônico de família que predominou em nossa história por longos anos.

É preciso compreender que ao chegar à escola a criança não vem do nada e nem volta para lugar algum. Ela se insere num contexto familiar que, por sua vez, sofre a influência de um contexto sócio-econômico, político e cultural mais amplo e que a estrutura hegemônica e conservadora poderá não ser a sua realidade doméstica. É o mundo da vida, ou seja, a realidade concreta da criança que precisa ser o ponto de partida na escola, para a formação de um currículo autêntico e significativo.

Ademais, é preciso ressaltar que essas mudanças não devem ser encaradas como tendências negativas, muito menos como sintomas de crise, idéia que pode ser enganosa. A aparente desorganização da família é um dos aspectos da reestruturação que ela vem sofrendo, a qual se, por um lado, pode causar problemas, pode, por outro, apresentar soluções. Trata-se, pois, de um processo contraditório que, ao mesmo tempo em que abala o sentimento de segurança das pessoas, com a falta ou diminuição da solidariedade familiar, proporciona também a possibilidade de emancipação de segmentos tradicionalmente aprisionados no espaço restritivo de muitas sociedades conjugais opressoras.

É sabido de todos que as primeiras aprendizagens se dão no seio da família, dela dependem a segurança, o carinho e uma gama muito grande de sentimentos, de valores e de características específicas que nos farão sujeitos autônomos, com auto-estima e autoconfiança. É na família que as relações se sustentam e se solidificam através da solidariedade, do respeito mútuo e tantas outras relações de aprendizagem.

É preciso reconhecer que a família independente do modelo como se apresente, pode ser um espaço de afetividade e de segurança, mas também de medos, incertezas, rejeições, preconceitos e até de violência. Assim, é fundamental que a escola conheça os alunos e as famílias com as quais trabalha. Portanto, se somente pela quantidade e qualidade de convívio é possível se constituir uma boa formação de afetos e educação, que servirão de modelo e hábito para o resto da vida, quando as pessoas responsáveis por esse compromisso encontram-se em desentendimento pessoal, ou seja, longe deste contato necessário, naturalmente que algum déficit será constatado no desenvolvimento e formação da criança.

Algumas crianças envolvidas neste desmanche familiar poderão se sentir vítimas, outras testemunhas, ou culpadas por não conseguirem solucionar o problema. É o mais puro sentimento infantil sendo podado, ligeiramente desviado ou amadurecido precocemente. As crianças em idade pré-escolar parecem ser as mais atingidas aos efeitos negativos da separação, porque seu desenvolvimento cognitivo ainda não lhes permite compreender o que está acontecendo.

Essas crianças necessitam de um olhar especial pois, em geral estão tendo na educação infantil sua primeira experiência de atividade grupal e de relacionamento com estranhos, com algumas normas de convivência, algumas obrigações e responsabilidades. Esse é um tempo em que precisam do apoio dos pais para se auto-afirmarem em seus projetos, tempo também de se adaptarem a nova realidade, “reforçando a certeza de que continuam amados, e a confiança na continuação de um vínculo muito especial com seus pais. A atitude dos adultos tem um papel essencial neste processo”.(ANTON, 2000, p.288).

Uma vez que, pais e professores almejam o mesmo objetivo, a afinidade entre si é um elemento importante no desenvolvimento do processo formativo e educativo da criança. No momento em que a família se desestabiliza ocasionando a separação do casal ou quando opta por novos vínculos, em qualquer período da vida, esta situação certamente trará transtornos, desconforto, conflitos e sofrimentos, ainda que seja vista como a melhor alternativa e aponte boas perspectivas para os envolvidos. Para o filho, o importante é ter a clareza de que o problema não está na mudança sofrida pela família, quer seja pelo divórcio ou por uma nova união, mas sim a forma como essa mudança está sendo conduzida.

E a forma como a escola conduz essas situações vivenciadas pelos alunos e suas famílias também passa a ser motivo de preocupação. Também a escola precisa se adequar a tais mudanças, promovendo aos professores espaços de reflexão sobre a convivência com a diversidade no que diz respeito à formação das famílias de seus alunos. Considerando que a família coloca os filhos na escola e não os alunos, e que esta, recebe alunos e não filhos. Mas se pensarmos em parceria entre estas duas instituições, temos de compre-

ender suas diferenças. É uma parceria entre instituições distintas. Se a desejamos eficaz temos de reconhecer as características de cada uma e descobrir as pontes possíveis existentes.

Uma vez que a tradicional e única forma de constituir famílias, presente em tempos vividos por nossos antepassados, já se tornou parte do passado dando oportunidade de novas formulações surgirem, conviver com as diferenças, sejam elas quais forem, é uma constante no meio educacional. Assim, alimentar um ensino descontextualizado não combina com uma pedagogia marcada pela valorização das vivências cotidianas e comprometida com a incessante busca da superação das dificuldades existentes na relação professor/aluno.

## **AS NOVAS FAMÍLIAS: CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS**

Em nossos dias repercute certa preocupação para com o melhor desenvolvimento da criança, pensado não só pela família como também pela escola, pelo poder público e pela sociedade como um todo. Notadamente, há uma maior conscientização comprometendo os órgãos responsáveis pela infância na sua efetiva qualidade.

O respeito à individualidade dos seres é peculiar desde a infância, sendo que cada um cria uma visão de família e a defende. É indiscutível também que os laços familiares são inabaláveis, pois não existe ex-pai ou ex-mãe, da mesma forma irmãos e avós. Apesar disto, do ponto de vista afetivo e de relacionamento, muitas mudanças podem ser observadas, como o ingresso de padrastos, madrastas e meio-irmãos (filhos do mesmo pai ou mãe) nas relações familiares. Nesta multiplicidade de personagens familiares, a escola teoricamente se despe do preconceito, zela pelo diálogo e pelo trabalho conjunto com a família.

Sabe-se porém que, apesar da notada mudança estrutural da família, o modelo de família tradicional ainda resiste ao avanço moderno da sociedade. Este modelo vivenciado permanece vivo inconscientemente, talvez para a maioria da população, como uma certeza de ser este o melhor caminho para a educação da nova

geração. Neste sentido é importante observar como os educadores se desfazem do pré-conceito inculcado historicamente na educação, ao comemorar datas clássicas como as dedicadas aos pais e as mães, ou como questionam a discriminação que possa ocorrer entre colegas. Essas são questões que precisam de aprofundamento, permitindo constatar se a concepção pedagógica realmente acompanha as tendências atuais do convívio familiar.

Para melhor entender as práticas cotidianas vividas nas escolas realizou-se uma pesquisa de campo através de entrevistas semi-estruturadas com cinco professoras, de cinco escolas públicas que prestam atendimento exclusivo na área de Educação Infantil, no intuito de identificar o que pensam e como trabalham a partir das diferentes formas de estruturação familiar de seus alunos.

Acredita-se que é através da ação pedagógica de apoio às crianças, quando da separação de seus pais ou em situações onde os mesmos se envolvem em novas relações, que os professores têm a possibilidade de proporcionar oportunidades para que elas construam adequadamente sua autoconfiança. O conforto e confiança gerados num ambiente escolar seguro são fundamentais para as crianças expressarem seus sentimentos e emoções.

Vejamos então, a seguir, qual a concepção das professoras entrevistadas sobre essas questões:

#### **a) Concepção de família: a visão dos professores**

Ao conceituar família as entrevistadas responderam com unanimidade dando uma idéia atual e moderna de que família “são as pessoas que moram juntas, assumem compromissos, resolvem situações cotidianas, tem um relacionamento afetivo”, e acrescentam “não podemos considerar família só as que são completas com pai, mãe e filhos. Podem também ser família: mãe, filho e avós; mãe ou pai, filhos, padrasto ou madrasta com seus filhos, desde que vivam todos unidos”.

Esta definição mostra uma imagem de atualização sócio-cultural das professoras atuantes na educação infantil, se,

juridicamente são aceitas tantas formas de construções familiares, por que a escola representada pelos seus professores pensaria de forma adversa? Nada mais coerente que pensem desta forma, uma vez que, assim se apresenta a sociedade familiar em que estão envolvidos nossos pequenos educandos.

É na família que a criança recebe as primeiras noções de aprendizagem desde a fala até os valores julgados importantes pela família. Desde os tempos mais primitivos é responsabilidade da família educar sua prole. E ao receber ensinamentos de vivência, quer seja para a sobrevivência ou para ampliar a bagagem de conhecimento que lhe servirá para a vida, a criança cria também laços de afetividade com quem lhe ensina. Tornam-se importantes para a criança aqueles que se preocupam com ela, que lhe dão atenção e permanecem na sua companhia. E assim, ela não sabe identificar se vive num ambiente de família estruturada ou não, se aqueles que lhe proporcionam o bem-estar físico e afetivo fazem parte de uma estruturação dita correta aos olhos alheios. Portanto, as pessoas que lhe rodeiam são sua família, independente da formação grupal.

#### **b) A constituição familiar dos alunos**

Uma vez que, conhecer a realidade do aluno é uma questão muito valorizada no meio educacional, então, é fundamental saber de onde vem a criança, com quem mora, que vínculo afetivo preserva, que comportamento demonstra, enfim, o universo de riquezas trazido por cada aluno permitindo que ele seja singularizado por sua vivência e aprendizagem.

A família de cada um, independente de sua formação, está sempre envolta de muita afetividade, defesa mútua e ali vivendo sob o mesmo teto estão as pessoas que a criança mais ama, penetrar neste universo é delicado. O professor da educação infantil precisa ter o cuidado de não magoar a criança com questionamentos indiscretos, maliciosos ou discriminatórios quanto à estruturação familiar individual dos alunos.

Ao responder a pergunta relativa à constituição familiar, as

professoras entrevistadas disseram que é freqüente observar nas famílias de seus alunos formações “das mais variadas, dá de tudo: pai, madrasta e filhos, meio-irmãos fruto dessa relação. Crianças criadas pelas avós. Crianças viajadas (aquelas que ficam um tempo com a mãe e outro com o pai – ou só no fim de semana)”. Mas, para não falar apenas das diferenças a professora conclui “e tem as famílias tradicionais (pai, mãe e filhos) que são mais ou menos a metade dos meus alunos”. Sobre a mesma questão outra entrevistada afirma: “têm os que têm família normal, como deveria ser”.

É possível observar, a partir destas respostas, que consciente ou inconscientemente, as professoras concebem que o aluno que não vive em uma “família tradicional”, faz parte de uma família desestruturada. É o preconceito inculcado na sociedade como um todo, inclusive no meio pedagógico, como pode ser observado.

Ora, ao conceituar família, as professoras mostram uma visão pedagógica, de certa forma bonita, atual, mas, extremamente retórica, pois, ao relatar a prática docente o professor esbarra na formalidade do como deveria ser. Até mostram a transparência da sua realidade, mas pecam ao deixar sua opinião nas entrelinhas, nos pequenos comentários por vezes entre risos de inconformidade de como se apresentam constituídas as famílias de alguns alunos, que, segundo as entrevistas, podem estar presentes em número distinto, visto que, todas as professoras referiram diferenças nas construções familiares de seus alunos podendo representar até a metade da turma em um dos casos.

Sabemos que a família tem sua historicidade que precisa ser valorizada, contudo, sabemos também a importância de nos mantermos atualizados, de acompanhar a evolução dos fatos principalmente pela função que o educador exerce. Mas é preciso antes de tudo coerência entre o que se diz e o que se faz, caso contrário se propaga um discurso vazio e se dá margem ao preconceito. As profissões têm características próprias que as distinguem. No caso dos educadores, profissionais que lidam com a formação de seres humanos e trabalham com os aspectos cognitivos e afetivos das crianças, é fundamental que demonstrem um acompanhamento sócio-cultural da diversificação de conceitos para atender às diferentes demandas escolares.

### **c) A separação ou reconstrução familiar e as repercussões na vida escolar dos alunos**

Nas relações familiares as crianças são perspicazes e percebem os conflitos, a insatisfação, os ajustes e desajustes dos pais e isso se reflete no ambiente escolar das mais diversas maneiras, dentre elas, por meio das dificuldades de aprendizagem, gerando problemas para o seu desenvolvimento. Estudos comprovam que é inegável a relação entre dificuldades de aprendizagem e fatores emocionais. A criança precisa encontrar na família e posteriormente na escola, uma facilitadora da aprendizagem.

Uma das professoras entrevistadas resume a dificuldade enfrentada na ação pedagógica afirmando que quando há conflitos familiares “a criança fica perdida, dividida. Ela quer os pais juntos então procura agradar ambos, na esperança de resolver o problema”. Conseqüentemente esse comportamento “acarreta reflexos na escola, porque a criança não vai ser diferente na escola daquilo que ela vive em casa. É uma questão de sentimento, talvez a parte mais complicada para o professor lidar, precisa muita conversa e carinho”.

Os aspectos emocionais são os mais observados como diz outra professora alegando que a criança fica “mais carente afetivamente, retraída, arredia; é preciso ter muito jeito para conversar com ela, senão já chora, sai correndo. Ou não faz as atividades, fica revoltada, agressiva”.

A dificuldade docente prevalece nas atitudes imediatas que devem ser adotadas. Como cada caso é singular e acontece num meio íntimo em que ninguém quer estar envolvido, não há uma receita a ser seguida. O professor se desdobra em atenção, carinho, diálogo, na tentativa de aliviar a aflição, a rejeição, o medo e a insegurança demonstrados pela criança.

Certamente o estágio de adaptação vivido pela criança que vai da ruptura de uma relação existente até que se concretize a substituição pela nova relação, acarreta muita inquietação, perturbação e incerteza; comportamentos que provocam rejeição e desconforto visíveis nas atitudes que demonstram. “A situação de separação salienta [...] o fato de que uma relação com

significado, intensamente emocional e duradoura, se formou e que uma quebra nessa relação irá causar, a curto prazo, pelo menos, conseqüências muito perturbadoras e indesejáveis." (SCHAFFER, 1998, p. 42).

Para tal há de se encontrar uma aceitação satisfatória para cada caso, pensando sempre na formação integral da criança que vive neste meio. Não importa quem será o pai ou a mãe e sim a forma como dedicam seu tempo, seu amor e seu espaço com a criança. A criança é desprovida de preconceito e tantos outros comportamentos adquiridos na vida adulta. Que não seja no ambiente escolar que tais comportamentos sejam despertados.

#### **d) As novas famílias e os manejos escolares**

Como vimos, atualmente várias formas de constituição familiar são aceitas tanto juridicamente como informalmente pela sociedade em geral. Todavia, quando os casos nos são próximos ou quando é preciso estar informado sobre o seu andamento para melhor desenvolver o trabalho, como é o caso da escola, a conotação é outra. Um misto de preconceito, receio e inconformidade pairam sobre os pensamentos da maioria dos adultos em geral, não é diferente a opinião do corpo docente que atua com a educação infantil, como foi citado anteriormente.

A escola, por sua vez, precisa se adequar a estas novas concepções e lidar com elas de forma igualitária. Ao responder sobre a relação escola/família, as entrevistadas disseram que "sempre buscam a participação da família", mas o que se observa são respostas isoladas, demonstrando uma dissociação com sua prática em algumas situações.

Pois, se a escola luta pelo diálogo com a família como afirmaram as professoras, procura sua participação, não comemora datas exclusivas dedicadas a pais e mães instituindo o dia da família, para não excluir nenhum aluno que porventura faça parte de uma família de diferente formação, por que a mesma instituição de ensino tão bem intencionada, não procura a família quando o aluno apresenta sinais de que algo não está bem e que a origem do

desconforto vem de casa? Esta deficiência no trabalho pedagógico fica expressa quando uma das entrevistadas afirma que quanto à participação da família “... aquelas que são só ajuntadas não tão nem aí largam os filhos na escola como se nós devêssemos resolver tudo sozinhas” e desabafa “não é fácil, criança de periferia é mandada pra escola como se fosse pra ter um lugar pra ficar, (um lugar seguro)”. São os sintomas do preconceito que falam mais alto que o bom senso, num momento em que o aluno necessita de ajuda.

Para os profissionais da educação que trabalham com a criança envolvida em conflitos familiares, é fundamental além de conhecer a estrutura ou a reestrutura da família, procurar fazer um trabalho integral, não só com a criança, mas também com sua família, para juntos num trabalho de parceria pensar a melhor maneira de atender plenamente o processo de desenvolvimento da criança. Se a escola afirma o fato de que a família é tão importante na construção da aprendizagem da criança e na concretização das suas possibilidades para formação de valores, então é crucial sua integração também em momentos de crises internas não permitindo que a criança fique em condição de abandono emocional nem na escola e nem em casa.

A escola tem sua participação, porque é no espaço escolar que a criança poderá expressar com maior nitidez seus sentimentos e também porque ela, como uma instituição de ensino, fica neutra no processo de relacionamento do casal, seu maior objetivo é a tranquilidade emocional do aluno, para este, um apoio incondicional.

O professor bem informado dos problemas que a criança está enfrentando, desenvolverá melhor seu trabalho se o encarar abstendo-se de fazer julgamentos a respeito do que está acontecendo em casa, ao invés de ignorá-lo demonstrando piedade. Para isso, não basta ser professor momentâneo e sem lembrança, é preciso estar professor para a vida deste que ora se faz seu aluno. E que não seja extinto na educação infantil o desejo incontido de frequentar a escola, marca registrada dos pequenos aprendizes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Famílias constituídas de pai, mãe e filhos vivendo em união asseguraram por longo tempo como a única formação familiar possível e indiscutível. Contudo, diante das novas alternativas de uniões entre os pares e conseqüentemente com os filhos que individual ou coletivamente participam dessas uniões, novos conceitos precisam ser construídos tanto para os envolvidos nesse processo como para a sociedade que os acolhe. Assim, aprofundar o estudo sobre as novas constituições familiares dando ênfase ao cunho pedagógico, dá margem para observar diferentes conceitos, opiniões, práticas e mudanças na realidade sócio-educacional.

Na ânsia de acompanhar a modernidade, a família se ajusta como pode, dando margem a diversidade de sua estruturação com a elevação do índice de separações entre os casais; novas possibilidades de recasamentos; famílias incompletas compostas por somente a mãe ou o pai e filhos ou a participação exclusiva dos avós na criação dos netos. Alternativas familiares que em tempos idos da nossa história consideravam-se inaceitáveis tanto legalmente, quanto religiosamente e, principalmente, moralmente nos grupos sociais. Coexistindo na mesma sociedade, a partir de então, o tradicional e o diferente precisam conviver harmoniosamente.

Não haveria qualquer preocupação se os envolvidos fossem tão somente adultos desprovidos de preconceitos ou regras corretas a serem seguidas. A questão toma relevância ao se envolver crianças pequenas em conflitos de rupturas afetivas ou vivenciando a adaptação imediata de pessoas estranhas em seus lares. Como as relações sentimentais para com os membros da família são geralmente ricas de afetividade, qualquer modificação nesta relação poderá proporcionar mudanças de comportamento nas crianças, demonstrado de muitas formas e em diferentes situações, inclusive na escola que freqüentam.

Para isso, não basta perceber os “sintomas” apresentados pela criança envolvida nessa paradigmática transformação familiar. É fundamental saber como entende e como procede o profissional da educação infantil com relação ao fato.

Pôde-se observar nos docentes, através de entrevistas

realizadas, a conceitualização contemporânea do termo família, afinal, atualmente o professor faz parte de uma comunidade familiar de múltiplas estruturações, tem em sua sala de aula alunos de diferentes origens familiares e precisa lidar com naturalidade com todos. Depara-se direta ou indiretamente com o acontecimento real da mudança, é participante da luta contra o preconceito e a discriminação no sentido de construir um processo de ensino - aprendizagem igualitário e, para tal, precisa formular conceitos que atinjam a amplitude dos fatos sem fragmentá-los.

A constatação de que teoria e prática atuam em campos contrários fica nítida ao analisar o conceito de família dado pelas professoras entrevistadas e que, em seguida, deixam transparecer o preconceito sobre aquilo que não é igual. Entendem, conhecem, convivem com a variação de famílias presentes na sociedade, no entanto, fazem comparações e julgam se corretas ou não de acordo com sua moralidade.

Da mesma forma se observa em discurso uníssono a importância que a escola dá ao trabalho coletivo com a família, enfatizando o ganho da criança para com a aprendizagem resultante desse entrosamento. Por outro lado deixa lacunas nesse diálogo se não busca a família para tratar de assuntos relacionados exclusivamente a ela, quando da existência de conflitos domésticos refletidos no aluno. O chamamento da família à escola se dá por várias razões, quer seja por dificuldades de aprendizagem apresentadas pelo aluno ou pela demora na socialização com os colegas e o novo ambiente e, principalmente, para discutir o comportamento de seus filhos na sala de aula. A todos esses motivos é crucial manter o diálogo entre professores e pais a qualquer momento num processo de interação objetivando a qualidade do trabalho de ensino-aprendizagem realizado na escola.

A impressão que dá é que em problemas familiares, ninguém quer se envolver diretamente, nem tampouco a escola. Porém, estamos tratando de crianças da educação infantil, que estão freqüentando a escola pela primeira vez, que a ela vieram cheios de expectativas e que dela levarão lembranças até o fim do seu processo escolar e/ou além. O que há de tão ameaçador em tratar com naturalidade todos os fatos sem distinção?

Se a criança apresenta diversas alterações comportamentais,

como disseram as professoras em entrevista, constatadas pelas mesmas como sendo resultantes de rupturas, abalos ou quebras de relações afetivas entre pais e filhos; então, o diálogo entre pais e professores deveria acontecer da mesma maneira como são tratados os demais assuntos relativos à criança.

Na educação os problemas, que são muitos, devem ser encarados sem distinção, realizando trabalhos na tentativa de aliar esforços. Quando o diálogo família/escola acontece, possibilita ao professor entender melhor seu aluno, pois a partir daí conhece a realidade familiar, o que pensam e como agem com a criança nas diversas situações domésticas, quem são as pessoas que convivem no mesmo lar e fazem parte da vida afetiva do aluno. Sendo assim, o professor como mediador da aprendizagem, poderá facilitar o entendimento do aluno para com os acontecimentos familiares. Sua solidariedade beneficiará o aluno, sendo que muitas vezes, ele poderá encontrar no professor condições de afetividade mais intensas que em seu lar, onde muitas coisas estão se ajustando de forma diferente ao que a criança até então estava convivendo.

Importante também que o professor trabalhe o coletivo da turma evitando discriminar e permitindo que outras crianças se solidarizem com o colega. Para tanto, há muitas alternativas de metodologias usadas na educação infantil que possibilitam o trabalho pedagógico valorizando a ludicidade para solucionar problemas cotidianos e de vida dos alunos. Valorizar a individualidade sem detrimento do coletivo enaltece o trabalho docente.

Finalizando, podemos dizer que a pesquisa demonstra que ainda temos muito que refletir sobre a relação da escola com as novas famílias. É de se esperar que entre os intelectuais da educação, formadores de sujeitos aprendentes, as discriminações deixem de ser alimentadas, para que a qualidade do ensino prevaleça sobre as diferenças sociais.

**Recebido em abril de 2006**  
**Aprovado em junho de 2006**

## REFERÊNCIAS

ANTON, Iara L. Camaratta. **A escolha do cônjuge: um entendimento sistêmico e psicodinâmico.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

OSÓRIO, Luiz Carlos. **Família Hoje.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

SCHAFFER, H. Rudolph. **Decidir sobre as crianças.** Tradução Rita Souza. São Paulo: Horizontes Pedagógicos, 1998.